CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 188/2023

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2023 – ARP N° 084/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 099/2023

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FRANCINÓPOLIS – PI E A EMPRESA BOMBAS ALUMINA LTDA.

A **PREFEITURA DE FRANCINÓPOLIS – PI**, com sede na Praça Newton Campelo, n° 193, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 06.554.919/0001-03, neste ato representado pelo **Sr. Paulo César Rodrigues de Morais**, Prefeito de Francinópolis – PI, portador do CPF/MF n° 614.550.163-49 e RG n°1.099.243-SSP/PI, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **BOMBAS ALUMINA LTDA**, CNPJ n° 49.836.886/0001-05, Inscrição Estadual n° 20017087-2, estabelecia na Rua Santa Catarina, n° 1.150, Qd. 138, Lt. 03E, Jardim Guanabara, CEP: 74.675-720, Goiânia – GO, Fone: (62) 3261-5566/99137-7484, E-mail: bombasalumina1@outlook.com, neste ato representada pelo Sr. **Antonio Scelzi Netto**, portador do CPF n° 701.473.061.40, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo n° 099/2023** e em observância às disposições da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei n° 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n° 018/2023**, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de materiais para manutenção de poços tubulares, para atender à demanda do Município de Francinópolis – PI**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA: BOMBAS ALUMINA LTDA					
CNPJ: 49.836.886/0001-05		**INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20017087-2**			
ENDEREÇO: Rua Santa Catarina, n° 1.150, Qd. 138, Lt. 03E, Jardim Guanabara, CEP: 74.675-720, Goiânia – GO.					
REPRESENTANTE: Antônio Scelzi Netto					
E-MAIL: bombasalumina1@outlook.com		**TEL.: (62) 3261-5566/99137-7484**			
DADOS BANCÁRIOS: Banco Itau, Agência: 1590, Conta: 99395-0.					
Item	**Especificação**	**Marca**	**Quant.**	**Valor Registrado (R$)**	
				Unitário	**Total**
5	BOMBA 4R3IA-12 3 CV MONOFÁSICO 220V SÉRIE 350	Leão	4 UND	3.800,00	15.200,00
7	BOMBA 4R5IA-20 4 CV BIFÁSICA 380V SÉRIE 350	Leão	1 UND	5.800,00	5.800,00
30	TUBO EDUTOR 1 1/2", BARRA DE 4M	ALTRI	90 UND	67,00	6.030,00
VALOR TOTAL:					**27.030,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é **por 12 (doze) meses**, prorrogável na forma do art. 57, §1°, da Lei n° 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 27.030,00 (vinte e sete mil e trinta reais).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023/2024, na classificação abaixo:

UNID. ORÇ.	CLASS. FUNCIONAL	NAT. DESPESA
02 16 00	17.512.0007.2027.0000	3.3.90.30.00
		4.4.90.52.00

Fonte: RECURSOS PRÓPRIOS.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado mediante entrega do bem e do aceite pelo órgão responsável, após a comprovação de que a empresa CONTRATADA está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos com a Previdência Social e o FGTS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) contados da entrega da NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE FORNECIMENTO, EMITIDA CONFORME PROTOCOLO N° 085/2010 APROVADO PELO CONFAZ-CONSELHO NACIONAL DE POLITICA FAZENDARIA, OBRIGATORIAMENTE ACOMPANHADA DO DANFE (DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRONICA), devidamente atestada pelo setor competente. Será verificada também sua regularidade com os Tributos Federais, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União.

5.1.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado.

5.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste termo, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Previdência Social, o Fundo de Garantia Sobre Tempo de Serviço (FGTS) e os Tributos Federais, conforme item 14.1.

5.4. As Notas Fiscais/fatura deverão vir acompanhadas da respectiva Autorização de Compra.

5.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de até **30 (TRINTA) DIAS**, em conformidade com o Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria Municipal demandante, o local de entrega será acordado com a secretaria demandante.

6.2. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

6.2.1. Recebimento provisório, lavrado na data de execução dos serviços e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade da execução dos serviços, nem do respectivo faturamento.

6.2.1.1. O recebimento provisório consiste na identificação e conferência dos serviços, com ênfase na integridade física, quantitativa e qualitativa.

6.2.2. Recebimento definitivo, lavrado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993, compreendendo a aceitação

do bem/serviço, segundo a quantidade, qualidade, características físicas e especificações técnicas contratadas.

6.2.2.1. O recebimento definitivo consiste na verificação do atendimento dos serviços aos termos e condições do termo de referência, Contrato e seus anexos, inclusive a proposta comercial da Contratada.

CLAÚSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1 Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo para execução dos serviços, a Contratada se obriga a:

a) entrega do objeto no prazo estabelecido no Termo de Referência, contados a partir do recebimento da respectiva Autorização de Serviço expedida pelo CONTRATANTE, conforme especificações técnicas estabelecidas Ato convocatório e em sua Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidade e preços;

b) substituir o objeto reprovados no recebimento provisório, por estarem em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou com a Proposta de Preços, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da respectiva Notificação;

c) substituir o objeto em que se verificarem vícios redibitórios após a assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da constatação do vicio e às suas expensas, a critério da CONTRATANTE;

d) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;

e) identificar seu pessoal nos atendimentos de execução do objeto;

f) designar preposto para resolver todos os assuntos relativos à execução deste Contrato, indicando seus endereços físico e eletrônico (e-mail), telefone, celular e fac-símiles;

g) comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;

h) responsabilizar-se pela qualidade do objeto entregue, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;

i) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução deste Contrato, como única e exclusiva empregadora;

j) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;

k) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

l) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.2. O CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público, por intermédio das Secretarias Municipais obriga-se a:

a) emitir as respectivas Autorizações de Serviço;

b) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos bens nas condições contratuais, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com as especificações exigidas;

d) notificar a CONTRATADA para a substituição os objetos reprovados no recebimento provisório;

e) notificar a CONTRATADA para a substituição dos obejetos que apresentarem vícios redibitórios após a assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo;

f) efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

g) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato;

h) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

i) propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Contrato a ser celebrado, serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer em inexecução total ou parcial do execução dos serviços as penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, aplicando-se ainda as seguintes sanções administrativas, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa moratória de 1% (um por cento) do valor global do Contrato, em caso de atraso de até 05 (cinco) dias para a execução dos serviços a contar do prazo estipulado em cada ordem de serviço ou documento equivalente emitida, ou descumprimento de qualquer obrigação assumida.

9.1.3. Multa moratória de 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de recusa injustificada para o recebimento da ordem de serviço.

9.2. As sanções administrativas previstas no Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantida a prévia defesa;

9.3. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério da administração;

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1.O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1. É VEDADO À CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de Elesbão Veloso (PI) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Francinópolis (PI), 14 de dezembro de 2023.

BOMBAS ALUMINA LTDA:49836886000105

Assinado de forma digital por BOMBAS ALUMINA LTDA:49836886000105
Dados: 2023.12.14 13:05:15 -03'00'

Paulo César Rodrigues de Morais
Prefeito de Francinópolis
CONTRATANTE

Antônio Scelzi Netto
Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS (dispensadas em caso de assinatura eletrônica):

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Id:0047E0FFA8ED2DD4

Prefeitura de Francinópolis
Terra de gente feliz

MUNICÍPIO APROVADO

EXTRATO DE CONTRATO

Procedimento: Pregão Eletrônico nº 018/2023
Processo Administrativo: 099/2023-PMF/PI
Ato: Contrato Administrativo nº 188/2023-PMF/PI
Objeto: Aquisição de materiais para manutenção de poços tubulares, para atender à demanda do Município de Francinópolis – PI.
Contratada: BOMBAS ALUMINA LTDA
CNPJ: 49.836.886/0001-05
Contratante: Prefeitura de Francinópolis/PI
Valor total do contrato: R$ 27.030,00 (vinte e sete mil e trinta reais).
Data da assinatura: 14/12/2023 **Vigência:** 12 (doze) meses
Recursos: RECURSOS PRÓPRIOS
Informações: Sala da Comissão Permanente de Licitações da PMF/PI.

Paulo César Rodrigues de Morais	**Antônio Scelzi Netto**
Prefeito de Francinópolis – PI	Representante Legal
Contratante	Contratada

Id:01AB267806773OA4

Prefeitura de Francinópolis
Terra de gente feliz

MUNICÍPIO APROVADO

CPL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023

OBJETO: Registro de preços para eventual locação de estruturas e contratação de serviços para eventos, para atender à demanda das secretarias do Município de Francinópolis – PI.

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO: Após analisado o resultado do Pregão Eletrônico nº 019/2023, referente ao Processo Administrativo nº 101/2023, a pregoeira, Sra. Rosa Maria Norberta da Silva, ADJUDICA à licitante vencedora o seu objeto, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação:

Identificação da licitante	Lotes em que foi vencedora	Total do fornecedor (R$)
PIAUÍ SERVIÇOS E LOCAÇÃO LTDA CNPJ: 44.385.244/0001-05 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 19.705.690-3 ENDEREÇO: Rua Desembargador Francisco Pires de Castro, nº 1449, Sala 05, Marquês, CEP: 64.002-490, Teresina – PI.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12.	1.745.000,00

Francinópolis/PI, 20 de dezembro de 2023.

Rosa Maria Norberta da Silva
Pregoeira

Id:1252681C68EF30A9

Prefeitura de Francinópolis
Terra de gente feliz

MUNICÍPIO APROVADO

CPL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 101/2023-PMF/PI
ATO ADMINISTRATIVO: Homologação do Pregão Eletrônico nº 019/2023 – PMF/PI.
OBJETO: Registro de preços para eventual locação de estruturas e contratação de serviços para eventos, para atender à demanda das secretarias do Município de Francinópolis – PI.
PROPOSTAS HOMOLOGADAS: PIAUÍ SERVIÇOS E LOCAÇÃO LTDA
CNPJ: 44.385.244/0001-05
INTERESSADA: Prefeitura de Francinópolis/PI.
INFORMAÇÕES: Sala da Comissão Permanente de Licitação da PMF/PI.

Id:167C3885818D3150

Prefeitura de Francinópolis
Terra de gente feliz

MUNICÍPIO APROVADO

SEMAD
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E OBRAS

PORTARIA Nº 29/2023 - GAB/SEMAD

Dispõe sobre a concessão de férias aos servidores públicos municipais da rede municipal de ensino do município de Francinópolis/PI.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E OBRAS do Município de Francinópolis/PI o Piauí, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município e considerando o art. 72 da Lei Complementar nº 001/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias, a partir do dia 26/12/2023, por 30 (trinta) dias, aos servidores públicos municipais (professores), abaixo relacionados:

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Período aquisitivo: 2022-2023
Aline Mililany Rodrigues de Oliveira
Antonia Vieira do Nascimento Neta
Ana Cristina Chagas Ferreira
Caroline da Cruz Soares Costa
Claynilton Jose Pereira do Vale
Conceição de Maria Bezerra Lima
Djalma Carvalho de Silva
Eliane Maria Borges e Silva
Elizangela Alves e Silva
Francisca Paula Cabral dos Santos
Ireno Luciano Rodrigues
Irene Gomes Martins
Jose Sérvio Martins Filho
Ledinete dos Santos Lima
Lucilene Rodrigues de Moura Silva
Maria Bernardina de Morais Brito
Maria Ilza de Moura
Maria Luzia da Silva Chaves Loiola
Maria Rita de Cássia Neres
Maria da Conceição Araújo de Sousa
Maria da Conceição de Sousa
Maria da Cruz de Souza
Pedro de Holanda Cavalcante Neto
Telma Reis Ferreira de Sousa
Teresinha de Jesus Sousa
Maria Celi de Morais Silva

Período aquisitivo: 2021-2022
Joao Gomes dos santos
Maria da Cruz Campelo da Silva

Art. 2º - Conceder férias, a partir do dia 26/12/2023, por 30 (trinta) dias, aos profissionais da educação, abaixo relacionados:

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Período aquisitivo: 2022-2023
Ana Maria Lima Vitoriano, Auxiliar de Serviços Gerais
Fabiana Maria Rodrigues de Araújo, Auxiliar de Serviços Gerais
Francisco das Chagas Conrado da Costa, Vigia
Gilneto Pereira Mendes, Vigia
Joana Darc da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais
Luciana Moura de Sousa, Auxiliar de Serviços Gerais
Maria da Cruz Rodrigues Pessoa, Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Emidia Nonata da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais
Sonia Maria da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no mural da Prefeitura de Francinópolis, revogadas as disposições em contrário.

Certifique-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Obras de Francinópolis, Estado do Piauí, em 19 de dezembro de 2023.

Regiane Rodrigues de Morais
Secretária Municipal de Administração e Obras